continuação

MARISA LOJAS S.A. - CNPJ 61.189.288/0001-89

fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica "Empréstimos e financiamentos", que é atualizado monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. As operações de NDFs são precificadas pelo modelo de fluxo de caixa descontado com base nas premissas observadas no mercado BM&F de dólar e juros futuros. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. ***30.5. Mensuração e hierarquia do valor justo:*** A tabela a seguir demonstra em detalhes da mensuração e hierarquia do valor justo:

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
Ativos (Passivos) Financeiros	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	35.123	-	44.191	-
Contas a receber de clientes	289.916	-	438.828	-
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	300.019	-	309.749	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19.083	19.083
Passivos financeiros custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(629.016)	(664.685)	(829.890)	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	(2.057)	(2.090)	(6.132)	-
Fornecedores	(308.879)	-	(203.890)	-
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(18.343)	(18.343)	-	-
	(333.237)	(685.118)	(228.061)	19.083

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
Ativos (Passivos) Financeiros	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2	Valor Contábil	Valor Justo Nível 2
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	36.041	-	45.156	-
Contas a receber de clientes	675.857	-	831.241	-
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	383.017	-	506.457	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	21.506	21.506
Passivos financeiros custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(819.165)	(869.231)	(1.091.221)	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	(2.359)	(2.396)	(6.839)	-
Fornecedores	(309.504)	-	(205.439)	-
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(31.582)	(31.582)	-	-
	(67.695)	(903.209)	100.861	21.506

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3. ***30.6. Quadro de Análise de Sensibilidade:*** A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

	31/12/2016				
Operação	Montante	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	363.807	Baixa do CDI	44.897	33.673	22.448
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	(668.642)	Alta do CDI	(84.237)	(105.296)	(126.356)

	31/12/2015				
Operação	Montante	Risco	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	455.027	Baixa do CDI	73.641	55.231	36.820
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	(982.429)	Alta do CDI	(174.582)	(218.227)	(261.872)

(i)Juros calculados com base na previsão futura do CDI (taxas referenciais BM&F - Ibovespa). (ii)Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI. (iii)Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI.

31. Arrendamento Operacional - Locação de Lojas: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,11% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos. O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,11% sobre as vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R$224.092 (R$222.455 em 31 de dezembro de 2015). O saldo da rubrica "Aluguéis a pagar" é de R$23.567 (R$22.529 em 31 de dezembro de 2015). Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2016, totalizam um montante mínimo de R$947.246 assim distribuído:

Exercício	Valor
2017	202.179
2018	171.941
2019	157.642
2020	141.227
2021 a 2032	274.257
	947.246

32. Informações por Segmento de Negócio: Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são: • Varejo – atividade de varejo com foco em consumidores da classe C e D.

• Produtos e serviços financeiros, sendo: (i) Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e "Co-Branded" Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal. (ii) Operações crédito pessoal - oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia. Apresentamos abaixo os resultados por segmento:

	31/12/2016			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.224.094	489.654	139.037	2.852.785
Custos do segmento	(1.135.760)	(336.439)	(68.346)	(1.540.545)
Lucro bruto	1.088.334	153.215	70.691	1.312.240
Despesas com vendas	(929.500)	-	-	(929.500)
Despesas gerais e administrativas	(162.894)	(40.282)	(13.936)	(217.112)
Outras despesas operacionais	5.832	11.746	(2.471)	15.107
Resultado operacional do segmento	1.772	124.679	54.284	180.735
Depreciação e amortização				(171.380)
Receitas financeiras				61.215
Despesas financeiras				(215.485)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(144.915)

	31/12/2015			
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	2.482.530	486.214	196.162	3.164.906
Custos do segmento	(1.323.506)	(337.926)	(126.686)	(1.788.118)
Lucro bruto	1.159.024	148.288	69.476	1.376.788
Despesas com vendas	(899.176)	-	-	(899.176)
Despesas gerais e administrativas	(141.426)	(29.417)	(13.133)	(183.976)
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.469)	(4.841)	(449)	(17.759)
Resultado operacional do segmento	105.953	114.030	55.894	275.877
Depreciação e amortização				(198.805)
Receitas financeiras				119.087
Despesas financeiras				(265.828)
Resultado de equivalência patrimonial				(6.339)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(76.008)

Em consequência da mudança da estrutura organizacional, a Companhia adotou nova forma de alocação de despesas entre as unidades de negócio a partir de 01 de janeiro de 2015. Tal medida visa medir melhor o resultado individual de cada uma das unidades, assim como melhorar a sua comparabilidade com nossos pares e traz maior flexibilidade em eventuais futuras movimentações estratégicas que a Companhia possa avaliar. O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo, operações cartões de crédito e operações crédito pessoal é de R$2.644.049 (R$2.832.135 em 31 de dezembro de 2015), e dos passivos totais é de R$1.632.413 (R$1.713.290 em 31 de dezembro de 2015).

33. Cobertura de Seguros: A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016 e 2015, são assim demonstradas:

	31/12/2016	31/12/2015
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	219.900	219.350
Transportes	110.219	117.423
D&O - responsabilidade civil	25.000	25.000
Veículos	2.019	2.519
	367.138	374.292

A DIRETORIA **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** **CONTADORA: Glessiane Fabiana Rossa -** CRC 1SP281553/O-4 - CPF 978.182.241-49

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. ***Base para Opinião:*** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. ***Principais assuntos de auditoria:*** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Individual e Consolidado:** Conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 8, em 31 de dezembro de 2016 o contas a receber inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa referente ao cartão de crédito Marisa e operações de crédito pessoal, registrada de acordo com o histórico de perda aplicado aos valores vencidos por faixa de vencimento e considerados como críticos. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação requerem julgamento da Companhia na análise da adequação deste critério frente ao cenário econômico atual com o aumento das taxas de inadimplência no mercado. Devido à relevância das vendas por meio do cartão de crédito Marisa e as operações de crédito pessoal e às incertezas inerentes à estimativa da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa que podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas e os possíveis impactos que poderiam afetar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esta estimativa como um assunto significativo para auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados a concessão, extensão e alteração de limites de crédito aos clientes do cartão de crédito Marisa e das operações de crédito pessoal, bem como sobre o controle de acesso ao sistema com relação a alterações nos prazos de vencimento das faturas a receber. Com relação ao valor recuperável dos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2016, analisamos a adequação da determinação das perdas por redução ao valor recuperável, avaliando as premissas adotadas pela Companhia em comparação a dados históricos e a recebimentos após a data-base, assim como a razoabilidade da política contábil adotada, incluindo a avaliação do julgamento sobre a determinação dos montantes a serem registrados como provisão e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante o período apresentado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas. **Realização do imposto de renda diferido ativo – Individual e Consolidado:** Conforme referido na nota explicativa 11, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem ativos relativos a imposto de renda diferido ativo da controladora, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia. Para elaborar as projeções de lucros futuros, a Companhia utiliza premissas baseadas em suas estratégias corporativas, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos diferidos ativo e o fato da Companhia exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Analisamos as projeções de lucro e avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da controladora. Com o envolvimento de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas de finanças corporativas na avaliação das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia no cálculo e projeção de lucros futuros. Comparamos as premissas da Companhia, com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, tais como o crescimento econômico projetado, índices de inflação, assim como avaliamos a análise de sensibilidade aplicada nas premissas pela Companhia. Comparamos o resultado esperado de lucro tributável futuro, e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia e as divulgações efetuadas na demonstração financeira. **Outros assuntos: Auditoria de Valores correspondentes:** O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) relativas ao mesmo exercício, apresentadas como informação suplementar para fins das IFRS, e sobre as quais foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, foi de responsabilidade de outros auditores que expressaram uma opinião sem modificação em 24 de fevereiro de 2016. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. ***Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:*** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. ***Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:*** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:*** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes CRC2SP014428/O-6

Wagner Bottino Contador - CRC 1SP196907/O-7